

OAB cria órgão para cuidar da Carta

PORTO ALEGRE — A Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) vai criar uma câmara constitucional para analisar, selecionar e encaminhar ao Supremo Tribunal Federal (STF) as arguições de inconstitucionalidade que vão surgir após a promulgação da nova Carta. O objetivo é preservar as inovações adotadas no texto.

A câmara, que terá a participação de especialistas em Direito Constitucional, orientará quem recorrer às inovações previstas na nova Constituição, como o mandado de injunção, o habeas-data e o mandado de segurança coletivo.

A criação da câmara foi anunciada ontem pelo Presidente do Conselho Federal da OAB, Márcio Thomaz Bastos, durante a 12ª Conferência Nacional da entidade, aberta ontem em Porto Alegre. Até quinta-feira, quando o encontro será encerrado, deverão estar definidos os nomes dos dez membros do organismo.

Pela nova Constituição, entidades civis como a OAB podem propor ao STF ações de inconstitucionalidade e não será mais possível ao Procurador Geral da República arquivar os pedidos, emitindo apenas um parecer a respeito.

Márcio Thomaz Bastos prevê que muitas das arguições de inconstitucionalidade partam das centrais sindicais, contra os decretos que fixam o salário mínimo. Ele também acredita que clientes de instituições fi-

nanceiras em processo de liquidação usem o recurso contra as normas fixadas pelo Banco Central.

Segundo ele, os participantes da 12ª Conferência Nacional da OAB deverão aprovar uma moção de repúdio, a ser enviada ao Presidente José Sarney, ao Congresso Nacional e a entidades civis, a "todas as iniciativas de má fé contrárias à nova Constituição".

— Não aprovamos o raciocínio terrorista de que o País vai ficar ingovernável com a nova Carta. Estas são críticas de quem não quer a aplicação da Constituição, mas a volta de entulhos como a lei de greve e os decretos-lei. Mudar o nome do Conselho de Segurança Nacional para Secretaria de Assessoria de Defesa Nacional é um desrespeito ao pensamento da Constituinte — acusou o Presidente da OAB.

Durante a Conferência, será discutida a atuação da recém-criada Comissão Pós-Constitucional da entidade, que vai formular sugestões e projetos de leis complementares e ordinárias que regulamentarão a nova Constituição.

Márcio Thomaz Bastos calcula que sejam necessárias cerca de cem leis ordinárias e 40 complementares. Ele considera, no entanto, que antes da formulação destas leis a Constituição já possa ser aplicada, "desde que seja interpretada de forma progressista".

ANE P3 03 OUT 1988 GLOBO

Heráclito corre para assinar nova Constituição



Fortes estava em campanha eleitoral

BRASÍLIA — O Deputado Heráclito Fortes (PMDB-PI) foi o último constituinte a assinar, ontem, a nova Constituição, no Salão Negro do Congresso Nacional. Ofegante, ele chegou 15 minutos depois de encerrado, às 16h, o horário oficial. Explicou que estava retido em seu Estado por compromissos políticos da campanha para a Prefeitura de Teresina, mas, como tinha "levado um coração" do Deputado Ulysses Guimarães, no sábado à tarde, apressou-se a voar para Brasília.

— Mas eu acho que tinha o direito de ser um dos últimos a assinar a Carta, já que, durante o funcionamento da Constituinte, fui um dos parlamentares mais assíduos — retrucou Heráclito Fortes, ao ser indagado porque deixara para o último momento a assinatura.

Até as 16h20m, quando os originais da nova Constituição desceram para a gráfica, sete parlamentares não haviam assinado o livro de autógrafos que será agregado a ela. Cinco originais serão destinados ao Supremo Tribunal Federal, Palácio do Planalto, Senado, Câmara e Arquivo Nacional. A assinatura do Presidente da Constituinte, Ulysses Guimarães, será na quarta-feira, na cerimônia de promulgação. Os cinco exemplares deveriam ter 588 assinaturas cada:

559 dos constituintes e 29 de parlamentares que se licenciaram para assumir mandatos no Executivo ou de suplentes que participaram temporariamente dos trabalhos da Assembleia.

Ontem, 11 parlamentares chegaram a Brasília, a maioria acompanhada das famílias. Quase todos justificaram o atraso com os compromissos eleitorais nos seus Estados. Entre outros, assinaram, ontem: Deputada Wilma Maia (PDT-RN); Senador Lavosier Maia (PDS-RN); Vingt Rosado (PMDB-RN); Fernando Coelho Bezerra (PMDB-PE); Cunha Bueno (PDS-SP), que estava participando de um congresso na Bulgária; e Pedro Ceolin (PFL-ES).

Não assinaram: Jessé Freire (PFL-RN), que está com câncer; Felipe Cheidde (PMDB-SP), que avisou que não assinaria, por quase não ter participado das votações e por não concordar com o texto; Gandi Jamil (PFL-MS); Hélio Duque (PMDB-PR); Mário Bouchardet (PMDB-MG); e Virgílio Guimarães (PT-MG), além do suplente Ivan Bonatto (PFL-SC), que integrou a Constituinte durante a licença do Senador Jorge Bornhausen para assumir o Ministério da Educação. Esses parlamentares poderiam assinar o livro até as 22h, na gráfica.

Ulysses condena os 'arautos do imobilismo'

PORTO ALEGRE — O Presidente da Constituinte, Deputado Ulysses Guimarães, numa referência à chamada "operação desmonte" do Consultor Geral da República, Saulo Ramos, advertiu ontem à noite, em discurso de abertura da 12ª Conferência da OAB, que "os arautos do imobilismo procurarão meios e modos para desfazer as conquistas da nova Constituição". E conclamou todos os advogados do Brasil a se colocarem como guardiães do que considerou "tesouro do povo brasileiro".

— Haverá tentativas de que esta Constituição, construída de baixo para cima, com cheiro de povo e de Brasil, não alcance toda sua eficácia.

Ulysses não quis admitir que existe um confronto entre a Constituinte e o Palácio do Planalto, até porque "o Presidente Sarney foi o primeiro a dizer que cumprirá a Carta".

O Líder do PMDB, Nelson Jobim, revelou que o PMDB estuda uma série de medidas para o caso de o Executivo tomar atitudes que contrariem o texto da nova Carta, mas evitou dar detalhes sobre a estratégia, argumentando que cada caso será analisado isoladamente.